

ESPORTE, CORPO E MEMÓRIA SOCIAL: PRÁTICAS ESPORTIVAS COMO EXPERIÊNCIAS REITERADAS NO COTIDIANO URBANO

SPORT, BODY, AND SOCIAL MEMORY: SPORTS PRACTICES AS REITERATED
EXPERIENCES OF URBAN EVERYDAY LIFE

DEPORTE, CUERPO Y MEMORIA SOCIAL: LAS PRÁCTICAS DEPORTIVAS
COMO EXPERIENCIAS REITERADAS DE LA VIDA COTIDIANA URBANA

Milena Menegassi da Silva¹, Luana de Carvalho Silva Gusso², Andréa Duarte Pesca³

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4490

Recibido: 02/01/2026 | Aceptado: 26/01/2026 | Publicación en línea: 05/02/2026.

RESUMO

Este artigo propõe uma discussão teórico-analítica sobre o esporte como prática social produtora de memória, tomando as práticas esportivas urbanas como referência central. A partir dos estudos sociais da memória, o presente artigo afasta-se de abordagens centradas em arquivos, registros formais e narrativas institucionalizadas, enfatizando a experiência corporal, a repetição e a participação coletiva como elementos constitutivos da produção da memória social no cotidiano. O esporte é analisado como prática simbólica e ritual que, por meio da recorrência dos gestos, da ocupação reiterada do espaço urbano e da experiência compartilhada, organiza temporalidades, produz familiaridade e sustenta formas de pertencimento. Evidencia-se que esses processos não se realizam de maneira homogênea, uma vez que as práticas esportivas são vividas por corpos socialmente situados, atravessados por marcadores sociais que incidem sobre as possibilidades de acesso, permanência e reconhecimento. Ao aprofundar a análise a partir da experiência corporal feminina, discute-se como a organização social do tempo, do cuidado e do espaço urbano impacta as trajetórias esportivas das mulheres, frequentemente marcadas por interrupções, negociações e retomadas. Compreende-se que tais descontinuidades não devem ser compreendidas como falhas individuais, mas como efeitos de condições sociais desiguais. Conclui-se que as práticas esportivas urbanas permitem compreender como a memória social se produz no cotidiano por meio da repetição corporal, da experiência compartilhada e das formas de pertencimento que se constroem no fazer reiterado.

Palavras-chave: Memória Social. Prática Esportiva. Gênero. Cotidiano Urbano.

ABSTRACT

This article advances a theoretical and analytical discussion of sport as a social practice that

¹ Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Joinville, Santa Catarina, Brasil. E-mail: psimilenamenegassi@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9623-7824>

² Pós-Doutora em Democracia e Direitos Humanos, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

E-mail: lu_anacarvalho@yahoo.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0408-489X>

³ Pós-Doutora em Psicologia do Desporto, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

E-mail: adpesca07@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5471-3810>

produces memory, taking urban sporting practices as its central point of reference. Drawing on social memory studies, it moves away from approaches centered on archives, formal records, and institutionalized narratives, instead emphasizing embodied experience, repetition, and collective participation as constitutive elements in the production of social memory in everyday life. Sport is approached as a symbolic and ritual practice through which the recurrence of gestures, the repeated occupation of urban space, and shared experience organize temporalities, produce familiarity, and sustain forms of belonging. These processes, however, do not unfold homogeneously, as sporting practices are lived by socially situated bodies and shaped by social markers that affect possibilities of access, continuity, and recognition. The discussion is further developed through women's embodied experiences in sport, examining how the social organization of time, care, and urban space shapes women's sporting trajectories, often marked by interruptions, negotiations, and resumptions. Such discontinuities are not understood as individual failures, but rather as effects of unequal social conditions. The article concludes that urban sporting practices offer a productive lens for understanding how social memory is constituted in everyday life through embodied repetition, shared experience, and forms of belonging sustained in reiterated practice.

Keywords: Social Memory. Sporting Practice. Gender. Urban Everyday Life.

RESUMEN

Este artículo desarrolla una discusión teórica y analítica sobre el deporte como práctica social productora de memoria, tomando como referencia central las prácticas deportivas urbanas. Desde los estudios sociales de la memoria, se distancia de enfoques centrados en archivos, registros formales y narrativas institucionalizadas, y pone el acento en la experiencia corporal, la repetición y la participación colectiva como elementos constitutivos de la producción de la memoria social en la vida cotidiana. El deporte es abordado como una práctica simbólica y ritual mediante la cual la recurrencia de los gestos, la ocupación reiterada del espacio urbano y la experiencia compartida organizan temporalidades y sostienen formas de pertenencia. Estos procesos, sin embargo, no se desarrollan de manera homogénea, ya que las prácticas deportivas son vividas por cuerpos socialmente situados, atravesados por marcadores sociales que inciden en las posibilidades de acceso, permanencia y reconocimiento. A partir de las experiencias corporales de las mujeres, se examina cómo la organización social del tiempo, del cuidado y del espacio urbano configura trayectorias deportivas frecuentemente marcadas por interrupciones, negociaciones y reanudaciones. Tales discontinuidades no se entienden como fallas individuales, sino como efectos de condiciones sociales desiguales. Se concluye que las prácticas deportivas urbanas ofrecen una vía analítica para comprender cómo la memoria social se produce en la vida cotidiana a través de la repetición corporal, la experiencia compartida y las formas de pertenencia que se sostienen en la práctica reiterada.

Palabras clave: Memoria Social. Práctica Deportiva. Género. Vida Cotidiana Urbana.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

As práticas esportivas urbanas têm adquirido centralidade na organização da vida contemporânea. A ocupação recorrente do espaço urbano por corpos em movimento em corridas de rua, treinos coletivos, eventos esportivos periódicos ou práticas cotidianas de exercício, estrutura rotinas, organiza temporalidades e produz formas específicas de encontro e pertencimento, mais do que atividades orientadas ao desempenho físico, essas práticas configuram experiências que relacionam corpo, espaço e tempo, produzindo sentidos compartilhados e referências coletivas que se inscrevem no cotidiano das cidades. Apesar dessa presença expressiva, o esporte permanece a margem nos debates acadêmicos dedicados à memória social e à memória cultural. Estudos da memória, em grande maioria, consolidaram-se a partir de referenciais que privilegiam arquivos, monumentos, museus e narrativas institucionalizadas como suportes privilegiados da lembrança coletiva, embora indispensáveis para a compreensão dos processos de estabilização e transmissão do passado, essas abordagens tendem a oferecer menor visibilidade a práticas sociais vividas no corpo, sustentadas pela repetição e pela experiência compartilhada no presente.

Nesse contexto, práticas esportivas recorrentes aparecem como objetos periféricos, não por ausência de densidade simbólica, mas pela dificuldade de enquadramento nos modelos tradicionalmente mobilizados pelos estudos da memória, as práticas esportivas, quando observadas para além da lógica do rendimento e da excepcionalidade do evento, podem ser compreendidas como experiências repetidas que produzem memória no próprio ato de fazer. A repetição da prática, a ritualização de gestos, a ocupação recorrente de trajetos urbanos e a participação coletiva configuram formas de continuidade simbólica que não dependem necessariamente de registros formais para produzir reconhecimento. A memória, nesse registro, não se limita à evocação de um passado estabilizado, mas se constrói como processo vivido, continuamente atualizado na experiência corporal e na vida cotidiana dos sujeitos.

Essa perspectiva implica compreender a memória como prática social, atravessada por seleções, enquadramentos e formas de legitimação que se organizam coletivamente, o que se torna memorável não decorre apenas de sua inscrição em arquivos ou narrativas oficiais, mas da experiência reiterada, socialmente compartilhada e dotada de sentido no presente. Práticas esportivas urbanas, ao articularem repetição, experiência corporal e participação coletiva, possibilitam pensar modos de produção de memória que escapam aos suportes tradicionais, mas

que desempenham papel central na organização da vida social contemporânea, entretanto, essas experiências não se produzem de maneira homogênea. As práticas esportivas são vividas por corpos situados, atravessados por marcadores sociais que organizam possibilidades de acesso, permanência, reconhecimento e pertencimento. Gênero, raça e classe incidem diretamente sobre a forma como os sujeitos se inserem nas práticas esportivas, constroem narrativas sobre suas experiências e produzem memória a partir delas, reconhecer essas assimetrias é fundamental para compreender que a memória esportiva se constitui de maneira diferenciada, revelando tensões, disputas e desigualdades que atravessam o cotidiano urbano.

Este artigo propõe uma discussão teórico-reflexiva sobre o esporte como prática social produtora de memória, tomando as práticas esportivas urbanas como ponto central para esta análise. O objetivo deste artigo é discutir o esporte como prática social produtora de memória, tomando as práticas esportivas urbanas como referência para refletir e discutir sobre modos contemporâneos de produção de sentidos coletivos, experiência corporal, na repetição e na participação social. Para tanto, o texto organiza-se em três partes, inicialmente, discute a memória como processo social e cultural, em seguida, analisa o esporte como prática simbólica e ritual, por fim, aprofunda a reflexão a partir da experiência corporal situada, articulando corpo, gênero e interseccionalidade. Ao fazê-lo, busca-se evidenciar o potencial esporte para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de produção da memória no espaço urbano, sem reduzir essas experiências a categorias normativas ou exclusivamente institucionais.

MEMÓRIA COMO PRÁTICA SOCIAL

Nos estudos das Ciências Humanas, a memória vem sendo compreendida como um processo social e historicamente situado, afastando-se de leituras que a reduzem a um fenômeno estritamente individual ou a uma função cognitiva interna. Essa perspectiva diferencia-se das abordagens oriundas da psicologia cognitiva, da psicologia experimental e das neurociências, nas quais a memória costuma ser investigada prioritariamente como processo mental, capacidade funcional ou resposta fisiológica a estímulos, com ênfase nos mecanismos internos do sujeito. Sem negar a existência desses processos, os estudos sociais da memória deslocam o foco para aquilo que torna certas experiências socialmente memoráveis. O interesse, portanto, não está apenas em como o sujeito lembra, mas em por que determinadas experiências passam a ser lembradas, compartilhadas e reconhecidas coletivamente, enquanto outras permanecem

dispersas, fragmentadas ou silenciadas no interior da vida social. Desta maneira, lembrar não é compreendido como um gesto neutro de recuperação de informações, mas como um ato situado, relacional e historicamente mediado.

A memória não se reduz a um fenômeno intrapsíquico ou biológico, mas se constitui como uma prática social atravessada por linguagem, cultura, relações de poder e pertencimento. Essa distinção epistemológica desloca o foco do funcionamento interno do sujeito para os modos coletivos de produção de sentido, direcionando para os processos pelos quais determinadas experiências são narradas, compartilhadas, reconhecidas ou silenciadas no interior dos grupos sociais. Dessa forma, a memória passa a ser compreendida como um processo de construção simbólica socialmente situado, no qual o passado não é simplesmente recuperado, mas reinterpretado a partir dos quadros do presente, conforme argumenta Halbwachs (2006). Tal processo envolve seleções e hierarquizações que definem quais experiências adquirem visibilidade e reconhecimento coletivo, enquanto outras permanecem à margem.

Pollak (1989) aprofunda essa compreensão ao evidenciar que a constituição da memória é atravessada por disputas simbólicas, silenciamentos e relações de poder, problematizando os critérios que organizam o que pode ou não ser lembrado no espaço social. Desse modo, investigar a memória implica analisar não apenas o conteúdo do passado, mas os regimes simbólicos que estruturam o presente e orientam os processos de reconhecimento e exclusão das experiências vividas.

Assmann (2011) demonstra que a memória não emerge espontaneamente da experiência, mas depende de condições sociais e culturais de visibilidade, compartilhamento e estabilização simbólica. São essas condições que permitem que determinadas práticas amplamente vividas, ainda que estruturantes do cotidiano sejam reconhecidas como memória coletiva, enquanto outras permanecem dispersas, fragmentadas ou não legitimadas no interior da vida social. A memória, nesse sentido, não opera como simples reflexo da experiência, mas como resultado de processos de enquadramento que definem quais narrativas podem circular, quais sujeitos são autorizados a lembrar e quais experiências permanecem à margem do reconhecimento coletivo. Esses enquadramentos não se apresentam como estruturas rígidas ou imutáveis, ao contrário, são historicamente produzidos e continuamente reconfigurados, acompanhando transformações sociais, disputas políticas e mudanças nos regimes de sensibilidade. A memória coletiva, portanto, não deve ser compreendida como um bloco homogêneo, mas como um campo dinâmico, no qual diferentes versões da experiência social competem por reconhecimento. Nesse

campo, determinadas experiências ganham centralidade não apenas por sua intensidade ou recorrência, mas por sua capacidade de se articular a narrativas socialmente compreensíveis e compartilháveis.

Desta maneira, os silenciamentos não devem ser compreendidos como simples ausências ou esquecimentos involuntários, mas como efeitos de processos sociais que regulam a circulação das narrativas e a legitimidade das experiências. O que permanece fora da memória socialmente reconhecida não o faz, necessariamente, por falta de intensidade, relevância ou recorrência, mas pela dificuldade de enquadramento em molduras simbólicas dominantes, assim, o silenciamento funciona como mecanismo ativo de organização da memória, produzindo hierarquias simbólicas que definem quais experiências podem ser publicamente lembradas e quais permanecem restritas ao âmbito do vivido individual ou de grupos pouco visibilizados. A memória, assim, não apenas conserva o passado, mas organiza o presente, definindo o que pode ser dito, lembrado e compartilhado, trata-se de um processo que produz hierarquias simbólicas e que estrutura formas de pertencimento e exclusão.

Ao organizar o presente, a memória também contribui para estabilizar determinadas formas de percepção do mundo social, influenciando expectativas, modos de engajamento e possibilidades de identificação coletiva. Nesse sentido, a memória não atua apenas como armazenamento de experiências passadas, mas como dispositivo que orienta práticas, legitima modos de estar no mundo e produz continuidades simbólicas, “o que se lembra e o que se silencia”, participa ativamente da construção de referências compartilhadas, delimitando fronteiras de pertencimento e reconhecimento no interior dos grupos sociais.

Assmann (2011) contribui com a perspectiva de memória cultural, auxiliando a compreensão dos modos pelos quais determinados sentidos atravessam o tempo. A autora propõe a memória cultural como um conjunto de processos que possibilitam a continuidade simbólica, articulando transmissão, repetição e atualização de significados. Essa continuidade não se confunde com permanência estática, ao contrário, a memória cultural se sustenta pela capacidade de adaptação e reinterpretação, o que permite que certos conteúdos permaneçam significativos em contextos históricos distintos. Desta forma não se limita aos suportes materiais ou às formas institucionalizadas de registro, embora esses elementos desempenhem papel relevante, parte significativa da memória cultural se mantém viva por meio de práticas sociais repetidas, que atualizam sentidos no cotidiano. A experiência repetida não atua apenas como lembrança do passado, mas como forma de reinscrição simbólica que mantém determinados significados em

circulação, assim, a memória cultural se produz tanto no registro quanto na prática, tanto na narrativa quanto na experiência vivida (ASSMANN, 2011).

Dessa maneira, a noção de repetição, diferentemente de uma concepção mecânica ou automatizada, pode ser compreendida como condição para a produção de familiaridade e reconhecimento. Como argumenta Assmann (2011), ao se repetir, determinadas práticas passam a organizar temporalidades, estruturar rotinas e produzir expectativas compartilhadas. A repetição cria continuidade não porque fixa a experiência, mas porque permite sua atualização constante, tornando-a reconhecível e socialmente significativa, é nesse movimento que a memória se articula à noção de pertencimento. Práticas reiteradas produzem vínculos, constroem referências comuns e permitem que os sujeitos se reconheçam como parte de um coletivo, uma vez que o pertencimento não emerge apenas da adesão a narrativas explícitas, mas da participação recorrente em experiências compartilhadas (ASSMANN, 2011). Assim, a memória não se limita à evocação consciente de acontecimentos passados, mas se manifesta na manutenção de modos de fazer, de estar e de se relacionar, que conferem continuidade simbólica à experiência social.

Ao reconhecer a repetição como elemento central da produção de memória, desloca-se a compreensão de lembrar como ato pontual para entendê-lo como processo contínuo, incorporado e relacional. A repetição não apenas remete ao passado, mas estrutura o presente, organizando ritmos, temporalidades e expectativas coletivas. Desse modo, práticas repetidas produzem familiaridade e reconhecimento, permitindo que os sujeitos se identifiquem com experiências compartilhadas mesmo na ausência de narrativas formalizadas. A memória, nesse registro, manifesta-se menos como evocação consciente e mais como permanência de modos de fazer, sentir e se relacionar que sustentam o vínculo social ao longo do tempo.

Candau aprofunda essa compreensão ao enfatizar que a memória se constrói em estreita relação com a experiência vivida e com os quadros sociais que lhe conferem sentido. Para Candau (2011, p. 60), “a memória não constitui uma faculdade puramente individual, mas se organiza a partir das interações e das práticas sociais nas quais os sujeitos estão inseridos”. Nesse processo, a repetição das experiências e a familiaridade do vivido operam como condições centrais para a permanência da memória no tempo, uma vez que é na prática reiterada que os sentidos são continuamente atualizados. Para o autor, lembrar envolve um trabalho coletivo de construção de sentido que não se restringe ao plano discursivo, corpo, emoção e prática social ocupam lugar central nesse processo, evidenciando que a memória se inscreve também nos gestos, nos hábitos e nas formas de engajamento cotidiano. Trata-se de uma memória que se constrói no fazer, na

convivência e na experiência compartilhada, muitas vezes sem se converter em narrativa formalizada. Essa abordagem permite compreender por que determinadas experiências se tornam memoráveis não apenas porque foram registradas, mas porque foram vividas de forma repetida e socialmente significativa. Práticas sociais recorrentes configuram-se, assim, como espaços privilegiados de produção de memória cultural, justamente por articularem repetição, experiência e pertencimento. O que se lembra, nesses casos, não é apenas um conteúdo do passado, mas a própria experiência que se atualiza no presente, conferindo continuidade simbólica à vida social.

Essa compreensão amplia o olhar para formas de memória que escapam aos registros institucionais e aos suportes formais de preservação, ao enfatizar a centralidade do corpo, da prática e da experiência vivida. A memória, nesse enquadramento, não se constitui apenas por meio de arquivos, monumentos ou narrativas estabilizadas, mas se produz no cotidiano, de maneira difusa e reiterada, sustentada pela ação, pela convivência e pelo engajamento coletivo. Trata-se de um processo que se constrói na experiência corporal compartilhada, contribuindo para a formação de vínculos, identidades e sentidos coletivos, mesmo quando não se traduz em formas institucionalizadas de registro. Ao ampliar-se o olhar para essas dinâmicas, torna-se possível compreender a memória como prática social situada, produzida no corpo, no cotidiano e na relação com o outro. A partir destas discussões o esporte pode ser pensado não apenas como atividade física ou performance, mas como prática social capaz de produzir memória, pertencimento e reconhecimento.

ESPORTE COMO PRÁTICA SIMBÓLICA E RITUAL

Ao ser tomado como prática social, o esporte deixa de ser reduzido ao desempenho físico, à competição ou à lógica instrumental do treino e passa a ser compreendido como prática simbólica que, por meio da repetição, da participação coletiva e da inscrição corporal, organiza experiências compartilhadas, temporalidades e formas de pertencimento, essa abordagem não nega as dimensões técnicas ou fisiológicas da atividade esportiva, mas propõe que elas sejam analisadas em articulação com os sentidos sociais e culturais que se produzem na prática. No contexto urbano contemporâneo, determinadas práticas esportivas adquirem regularidade e visibilidade suficientes para estruturar rotinas, calendários e modos de ocupação do espaço. A recorrência dos eventos, a repetição dos gestos e a previsibilidade das formas de participação criam condições para que o esporte funcione como um ritual social, ainda que não

institucionalizado nos moldes clássicos dos rituais religiosos ou cívicos. O caráter ritual não decorre da solenidade formal, mas da repetição organizada no tempo, da participação coletiva e da produção de significados compartilhados.

De acordo com a noção de ritual proposta por Turner (1974), torna-se possível compreender como práticas esportivas repetidas contribuem para a organização de experiências coletivas em contextos urbanos marcados pela fluidez do cotidiano. O ritual, nesse sentido, não se define pela excepcionalidade do evento, mas pela repetição socialmente compartilhada que confere estabilidade simbólica às práticas. A recorrência da prática esportiva organiza expectativas, orienta preparações e estrutura formas de encontro reconhecíveis, nas quais o corpo em movimento ocupa lugar central na produção da experiência coletiva.

Nessa perspectiva, o esporte não apenas se insere no tempo social, mas participa ativamente de sua organização ao criar ritmos, marcos e referências compartilhadas. O caráter ritual da prática torna-se visível na relação entre esporte e calendário, por meio de datas recorrentes, horários relativamente fixos e trajetos reconhecíveis, que conferem previsibilidade à prática e favorecem sua incorporação à rotina dos sujeitos. Em práticas como a corrida de rua, por exemplo, a repetição semanal de treinos coletivos ou a recorrência anual de provas produz uma continuidade que articula passado e presente, permitindo que experiências anteriores sejam atualizadas na vivência atual. O que se mantém não é a experiência idêntica, mas a regularidade da forma de participação, que possibilita reconhecer a prática como parte de uma trajetória individual e coletiva.

O corpo ocupa posição central na produção da memória associada às práticas esportivas, diferentemente de formas de lembrança que se sustentam prioritariamente em narrativas, documentos ou registros escritos, o esporte produz sentidos por meio da experiência corporal direta. O gesto aprendido, o ritmo do movimento, o esforço compartilhado e a ocupação repetida do espaço urbano, constituem modos de inscrição simbólica que não dependem da mediação discursiva para produzir significado. A memória que se constrói nesse registro é incorporada, vivida e atualizada no próprio fazer, manifestando-se como familiaridade corporal e reconhecimento prático da experiência.

Ao discutir as práticas corporais e os rituais, Connerton (1999) enfatiza que a memória social não se conserva apenas por meio de narrativas explícitas ou de registros formais, mas também por meio do corpo, muitas formas de recordação, nesse sentido, não são conscientemente evocadas, pois encontram-se incorporadas nos modos de agir, de mover-se e de participar de

práticas reiteradas. Trata-se de uma memória que opera no plano da ação e da performance cotidiana, estando, como afirma o autor, “por assim dizer, sedimentada no corpo” (CONNERTON, 1999, p. 83). O corpo, nesse sentido, funciona como suporte da memória, na medida em que gestos, posturas e sequências de ação são aprendidos, repetidos e transmitidos socialmente, permitindo que experiências passadas sejam continuamente atualizadas no presente. Essa noção de memória incorporada permite compreender o esporte como uma prática na qual o passado se atualiza no presente por meio do corpo, o gesto esportivo não é apenas técnico, ele carrega marcas de aprendizagem, pertencimento e reconhecimento, que, ao ser repetido, o movimento corporal reinscreve sentidos que se estabilizam não por fixação, mas pela continuidade da prática.

A memória, nesse caso, não se manifesta como recordação consciente, mas como familiaridade corporal e como saber-fazer compartilhado, incorporado nos modos de agir e de participar de práticas reiteradas (CONNERTON, 1999). O caráter ritual do esporte também se expressa na dimensão coletiva da experiência, uma vez que a prática esportiva raramente é solitária em seu sentido simbólico, mesmo quando realizada individualmente, ela se insere em redes de participação, reconhecimento e observação mútua, nas quais a presença de outros corpos, seja como participantes diretos, seja como espectadores, contribui para a produção de sentidos coletivos.

Desta maneira, o espaço urbano assume papel ativo na produção simbólica do esporte, ruas, praças e avenidas deixam de ser apenas vias de circulação para se tornarem cenários recorrentes de prática e encontro. A ocupação repetida desses espaços pelo corpo em movimento produz uma reconfiguração temporária da cidade, instaurando uma outra lógica de uso e de percepção do espaço urbano. Essa reconfiguração não se limita ao evento em si, mas permanece como referência simbólica na memória dos participantes, a prática esportiva, ao se repetir no espaço urbano, cria trajetos reconhecíveis e mapas afetivos que articulam corpo, cidade e experiência. O espaço deixa de ser neutro e passa a ser carregado de significados construídos na prática, a memória que se produz nesse registro não é apenas a lembrança de um evento específico, mas a incorporação de um modo de estar na cidade, de percorrer seus caminhos e de se relacionar com seus espaços.

Compreender o esporte como prática simbólica e ritual permite situá-lo como um espaço privilegiado de produção de sentidos coletivos, no qual repetição, corpo e pertencimento se articulam de maneira indissociável. Sendo assim, o esporte insere-se no conjunto mais amplo de

práticas sociais que produzem memória no cotidiano, não por meio da fixação de narrativas ou registros formais, mas pela continuidade da experiência vivida. O ritual esportivo evidencia que a memória pode se constituir no fazer reiterado, na partilha da experiência corporal e na ocupação recorrente de tempos e espaços socialmente reconhecíveis.

CORPO, GÊNERO E EXPERIÊNCIA ESPORTIVA

A discussão desta seção concentra-se na experiência esportiva a partir do corpo, deslocando o foco do gesto técnico e da lógica do desempenho para as condições sociais nas quais a prática se inscreve. Se o esporte produz memória por meio da repetição, da ritualização e da experiência corporal compartilhada, é necessário reconhecer que esses processos não se realizam de forma homogênea. As experiências esportivas são vividas por corpos socialmente situados, atravessados por marcadores que organizam de maneira desigual as possibilidades de participação, permanência, reconhecimento e pertencimento no espaço urbano. Nessa perspectiva, o corpo não é apenas meio de execução da prática, mas lugar de inscrição de normas, expectativas e hierarquias que se materializam ao longo da experiência esportiva.

Observada a partir do corpo, a prática esportiva evidencia que o esporte não se limita à realização de um gesto técnico ou à adesão a um ritual coletivo, ele envolve processos de significação construídos na relação do sujeito consigo, com os outros corpos presentes e com os espaços urbanos nos quais a prática ocorre. Correr, pedalar ou treinar em espaços públicos implica estar exposto a olhares, avaliações e formas de visibilidade que não se distribuem de maneira equitativa. O corpo em movimento torna-se público, observado e interpretado, e essa exposição é atravessada por expectativas sociais que variam conforme gênero, raça e classe.

O gênero constitui um eixo central na organização dessas experiências, historicamente associado à força, à competitividade e ao desempenho, o esporte foi construído como território masculino, produzindo normas que ainda hoje regulam o acesso, a legitimidade e o reconhecimento das mulheres nas práticas esportivas. Como demonstra Goellner (2013), o esporte não é um espaço neutro, mas um campo no qual masculinidades e feminilidades são continuamente produzidas e reiteradas, definindo quais corpos são considerados legítimos, fortes, aptos ou desejáveis. Para muitas mulheres, a inserção no esporte implica negociar com essas normas, especialmente quando a prática ocorre em espaços públicos, nos quais o corpo feminino é simultaneamente visibilizado, avaliado e regulado. Essas negociações se intensificam quando

consideradas as pressões estéticas que incidem sobre o corpo das mulheres.

Diferentemente dos homens, cuja presença no esporte costuma ser associada à performance e à funcionalidade corporal, as mulheres frequentemente enfrentam expectativas relacionadas à aparência, ao peso, à forma corporal e à sexualização do corpo em movimento. O esporte, nesse contexto, pode operar de maneira ambígua ao mesmo tempo em que oferece experiências de autonomia, potência e pertencimento, também reinscreve padrões normativos de feminilidade que produzem constrangimento, vigilância e autocontrole corporal. A memória da experiência esportiva feminina constrói-se, assim, na tensão entre afirmação corporal e regulação social, além disso, a permanência das mulheres nas práticas esportivas é fortemente impactada pela organização social do cuidado e do tempo.

As contribuições de Zanello (2018) permitem compreender como a desigual distribuição da carga mental e da dupla jornada de trabalho, que envolve trabalho remunerado, trabalho doméstico e cuidado de filhos ou familiares, limita ainda mais as possibilidades de continuidade da prática esportiva. Embora não trate diretamente do esporte, a análise de Zanello (2018) sobre a moralização do cuidado e a hierarquização do tempo feminino permite compreender as dificuldades enfrentadas por mulheres mães na sustentação de práticas de cuidado de si, como a prática esportiva, em uma organização social que prioriza o cuidado do outro. No campo esportivo, essas dinâmicas se expressam de forma concreta, como aponta Goellner (2013), na secundarização da presença feminina e na dificuldade de permanência das mulheres nas práticas esportivas. Essas condições não devem ser interpretadas como falhas individuais ou falta de motivação, mas como efeitos estruturais de uma organização de gênero que regula o uso do tempo, do corpo e da energia psíquica. Quando a prática esportiva é interrompida ou vivida de forma fragmentada, isso impacta diretamente a produção da memória incorporada, uma vez que, conforme argumenta Connerton (1999), esse tipo de memória se constitui por meio da repetição e da continuidade das práticas corporais. Em diálogo com essa perspectiva, Assmann (2011) permite compreender que a manutenção simbólica das práticas ao longo do tempo depende de processos de atualização, estabilização e reconhecimento social, de modo que experiências fragmentadas tendem a apresentar maiores dificuldades para se consolidar como memória socialmente reconhecida. As trajetórias esportivas femininas tendem, assim, a ser marcadas por idas e vindas, recomeços e negociações constantes, produzindo memórias atravessadas pela descontinuidade, mas não menos significativas.

A perspectiva da interseccionalidade formulada por Akotirene (2019), permite aprofundar

a análise de gênero ao evidenciar que ele não se constitui como uma experiência homogênea ou isolada, mas é produzido de maneira indissociável a partir do entrecruzamento com raça e classe. Nessa abordagem, a interseccionalidade não opera como uma soma de marcadores sociais, mas como uma chave que revela como diferentes regimes de poder incidem simultaneamente sobre os corpos, qualificando de forma desigual as possibilidades de circulação, reconhecimento e pertencimento no espaço urbano.

Nesse sentido, como argumenta Akotirene (2019), mulheres racializadas vivenciam o gênero sob condições específicas de controle, vigilância e restrição do uso do espaço, uma vez que seus corpos são historicamente posicionados em lugares sociais marcados pela suspeição, pela hipervisibilidade ou pela invisibilidade. No campo das práticas esportivas, essas dinâmicas se materializam em maiores obstáculos à segurança, à legitimidade e à permanência na prática, afetando diretamente a possibilidade de construção de rotinas, vínculos e memórias corporais duráveis. Assim, ao incorporar a perspectiva interseccional, torna-se possível compreender que as experiências esportivas femininas, e as memórias delas derivadas são produzidas de forma situada, desigual e tensionada no cotidiano urbano (AKOTIRENE, 2019).

Desse modo, ao ampliar a discussão da técnica e do desempenho para a experiência corporal socialmente situada, torna-se possível compreender o esporte como um espaço privilegiado de produção de sentidos, no qual memória, pertencimento e reconhecimento são continuamente negociados. As experiências esportivas femininas, são atravessadas por gênero, raça e classe, e evidenciam que a memória não se constitui apenas pela continuidade ideal da prática, mas também pelas interrupções, retomadas e estratégias cotidianas de permanência em contextos desiguais. O corpo em movimento, longe de ser um suporte neutro, emerge como lugar de inscrição dessas tensões, revelando como a memória esportiva se produz de forma situada, relacional e marcada pelas condições sociais que organizam o cotidiano urbano.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, discutiu-se o esporte como prática social produtora de memória, atendo-se a perspectiva que privilegia experiências corporais reiteradas, vividas e compartilhadas no cotidiano urbano. Ao tomar as práticas esportivas como campo de reflexão, discutiu-se que a memória se constitui como processo social que se atualiza no presente, por meio da repetição, da experiência corporal e do reconhecimento coletivo, e não apenas como evocação de um passado

estabilizado em registros formais. A análise do esporte como prática simbólica e ritual permitiu compreender como a repetição de gestos, calendários e ocupações do espaço urbano organiza temporalidades, produz familiaridade e sustenta vínculos coletivos. O ritual esportivo, nesse sentido, opera como atualização contínua da experiência, na qual sentidos são repetidos e compartilhados. Ao incorporar a experiência corporal atravessada por gênero e interseccionalidade, evidenciou-se que a produção da memória esportiva não se dá de forma homogênea, mas é vivida por corpos socialmente situados, marcados por desigualdades que incidem sobre o acesso, a permanência e as formas de reconhecimento.

Desta forma, o esporte emerge como um campo analítico capaz de revelar modos contemporâneos de produção de memória que se constroem no corpo, na prática repetida e na experiência compartilhada. As práticas esportivas configuram-se, assim, como espaços nos quais sentidos coletivos são produzidos e disputados no cotidiano urbano, permitindo ampliar a compreensão da memória social sem reduzi-la a processos normativos ou a formas institucionais de legitimação. As reflexões aqui desenvolvidas apontam, por fim, para a relevância de considerar práticas corporais recorrentes como vias para pensar a produção e a circulação da memória em contextos marcados pela centralidade da experiência, abrindo caminhos para investigações futuras que aprofundem empiricamente essas articulações.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CONNERTON, Paul. **Como as sociedades lembram**. Tradução de Maria Manuela Rocha. São Paulo: Contexto, 1999.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. **Gênero e esporte na historiografia brasileira: balanços e potencialidades**. *Revista Tempo*, Niterói, v. 19, n. 34, p. 45–52, jan./jun. 2013.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

TURNER, Victor. **Dramas, fields, and metaphors: symbolic action in human society**. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.